



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

MOURA, João Lopes Carneiro de (Montalegre, 1868 – Lisboa, 1944)

João Lopes Carneiro de Moura nasceu no concelho de Montalegre, em 1868. Concluído o curso de Direito em Coimbra, em 1892, exerceu advocacia em Lisboa. Foi também na capital que começou a sua acção pedagógica, tornando-se professor liceal entre 1896 e 1904. O seu percurso político foi inicialmente marcado pela sua eleição para deputado entre 1896 e 1897, ligado ao Partido Regenerador e, mais tarde, ao republicanismo (embora não se confessasse adepto de qualquer partido). Veio também a exercer o cargo de director-geral da Administração Política e Civil, sob a alçada do Ministério do Reino (Ramos, *Dicionário Biográfico Parlamentar*, 2005, pp. 1016-18).

A sua relação com a historiografia desenvolveu-se a partir da exploração de temáticas relacionadas com história económica, desde a formação do reino de Portugal até ao tempo seu contemporâneo. Afirmando que “A história económica da nacionalidade (...) é a história administrativa, colonial e política de Portugal”, desde logo se compreende a intenção do autor em articular todas essas componentes numa perspectiva mais totalizante e até universal, embora acabe por colocar a égide do económico na acção política e nas diferentes relações de poder (Moura, *História Económica de Portugal*, 1913, p. 7). Atesta-o a predominância dos relatos políticos, administrativos, militares e diplomáticos ao longo da história de Portugal, embora estejam interligados a fenómenos económicos, sociais e culturais. De facto, este encadeamento pode ser observado nos estudos sobre relações entre vassallos e dependentes ao longo do período medieval, bem como a formação de mercados, a posse de terras e a circulação de moedas; nas políticas económicas e mercantilistas do Marquês de Pombal, abrangendo as políticas coloniais e os processos de colonização (o que remete para a Companhia de Jesus); ou na transição para o século XIX, em que se modificaram não apenas as dinâmicas económicas pelo avanço das indústrias e do capitalismo, mas também as relações entre grupos sociais através do sistema liberal. Outros aspectos afloram ao longo da sua obra. A Idade Média representaria um tempo decisivo na história portuguesa, desenvolvendo uma “consistência do povo português” ao longo dos séculos marcada pelo “alto grau de estabilidade, força e civilização” – portanto, uma ideia de expoente civilizacional em que valores e ideais como a religião, os costumes e o poder da raça estariam firmados (Moura, *A política...*, 1898, pp. 53-5). Não por acaso, a fundação do reino estaria associada à constituição da nação. Esta “consistência”, composta por idealizações (por vezes, romantizadas) sobre este período, levaram o autor a uma representação da alma nacional portuguesa à medida que se operava a “expansão da nacionalidade, de forma orgânica”, portanto, de cariz fundamental e identitário (Moura, *História Económica...*, p. 12). E no seguimento deste fenómeno assentaria o império português: para Carneiro de Moura, tratou-se de uma consequência derivada desse expoente civilizacional de que tanto se reclama e pela qual se revelara ao mundo o “génio português”. Mas as dinâmicas imperiais e coloniais que o autor apresenta levam-no a uma certa contradição sobre a ligação entre o passado e o presente. Em que sentido?

Por um lado, o colonialismo é louvado enquanto fenómeno de irradiação da civilização, factor que nos leva



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

a uma ideia de predestinação assente no idealizado estado da sociedade portuguesa em inícios do século XV. Sublinha-se este factor transcendental da predestinação: como viria Carneiro de Moura a afirmar alguns anos mais tarde, “O génio português (...) tem a missão histórica de espiritualizar o mundo. (...) colonizar é, antes de tudo, elevar e nobilitar o espírito humano em toda a terra” (Moura, *As sociedades humanas*, 1924, p. 78). É um reflexo claramente generalizado sobre o povo português e suas características, assente numa concepção de civilização eurocêntrica e de superioridade dos europeus sobre outros povos (as “raças superiores e inferiores”), mas que se espelha sobretudo em determinadas figuras do passado. Uma ideia de apogeu civilizacional é aqui decisiva. O autor enuncia uma “lei da expansão pela força centrífuga desintegradora da concentração nacional”, procurando aprofundar o seu argumento de que a expansão seria inevitável e ontológica ao espírito colectivo português – realçando o pendor cientificista dessa “lei” (Moura, *A política...*, p. 54).

Na esteira deste tema, entende-se que o autor refira monarcas, infantes e comandantes militares que tenham influído sobre o fenómeno colonial de forma decisiva (mas nem sempre directa) e sempre apoiados pelo povo – encarado de forma quase sempre romantizada. Se, por um lado, D. João I e a “íclita geração” são destacados pelo impulso da expansão (sobretudo o infante D. Henrique através da mítica Escola de Sagres), o momento cimeiro seria o reinado de D. João II com as riquezas que afluíam para o reino com a actividade comercial e a taxaçoão sobre ela. Seria a acçoão dos “fortes homens” e “entusiastas guerreiros” dos séculos XII a XV, de D. Afonso Henriques e D. Dinis a Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e D. Francisco de Albuquerque (Moura, *História Económica de Portugal*, 1913, p. 49). Também destaca alguns exploradores do século XIX como Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e outros na esteira dessa acçoão colonial portuguesa que remontava a um passado mais distante.

Por outro lado, a expansão portuguesa teve um lado nefasto sobre as estruturas do reino, abrangendo diversos sectores económicos e fenómenos sociais. Carneiro de Moura não critica a expansão em si, mas as suas conseqüências: sem descurar o feito das conquistas portuguesas, a transição gradual de parte expressiva da população e das suas posses para as colónias – pressupondo aqui uma procura de riquezas e glória, bem como um reajustamento das prioridades dos grupos sociais dominantes e emergentes – conflituava com sectores económicos tidos como fundamentais para o desenvolvimento do reino - especialmente a agricultura.

Deste fenómeno surgiria um declínio referente a determinadas concepções de moral e valores tradicionais. Como aponta o autor, no século XVI já “(...) a riqueza, quebrara o espírito nacional”, dando azo à ideia da procura desenfreada das posses materiais que resultaria na perda gradual desses valores acumulados. Entrevia-se a decadência, culminando no domínio filipino e na perda das colónias (Moura, *História Económica...*, p. 93 e ss). E se a restauração de D. João IV fora interpretada como o “ressurgimento da esmorecida alma portuguesa”, condena os efeitos das remessas de ouro do Brasil e a atitude despótica do absolutismo português, corporizado, em particular, por D. João V. O espírito cavalheiresco, belicoso e arrojado



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

ao serviço de uma civilização quase transcendental fora assim substituído pela ociosidade, ignorância e cansaço, enquanto no século XVII se instituía a Inquisição como órgão de perseguição e censura. Terminava assim, nas palavras do autor, “(...) o ciclo áureo da epopeia portuguesa” (Moura, *O Século XIX...*, p. 10).

É igualmente notado que a marca dos «grandes homens», benéfica na curta-média duração (dando o exemplo do Marquês de Pombal), poderia levar ao despotismo. Consequentemente, esse ideal de grandeza seria efémero. Contrariando essa direcção, o autor coloca a ênfase na nação enquanto ideal colectivo que, embora liderado por algumas figuras de destaque, deveria ter controlo sobre os seus destinos. Só dessa forma seria possível ir traçando a continuidade pela afirmação de determinados ideais, pugnando por um interesse colectivo ao invés de interesses de figuras particulares propensas ao despotismo (Moura, *O Século XIX em Portugal. ...*, 1901, pp. 13-4).

Se é verdade que o período subsequente às guerras liberais se revelou conturbado pelas vicissitudes políticas, só a partir de 1851 se assistiria à regeneração do reino através das obras de fomento e do investimento. O sistema financeiro, bastante criticado nos anos anteriores, recebia novo fôlego pela mão de capitalistas e banqueiros (e também dos empréstimos estrangeiros) que encetaram a construção de caminhos-de-ferro, estradas e obras públicas em geral. Assiste-se à apresentação de uma lógica de progresso e desenvolvimento, admitindo que Portugal estava a entrar numa era de prosperidade de que há muito carecia.

A acção colonizadora no século XIX é encarada como “o problema máximo da existência nacional”, residindo aí o futuro de Portugal. Não por acaso, desenvolve-se a ideia de uma “ciência colonial” assente na história, na economia social, na etnologia, na estatística e no direito em ordem à promoção de um melhor nível de vida dos indígenas ao invés de os explorar (Moura, *História Económica...*, p. 298-300). Não obstante o pendor humanista e idealista dessa visão, há uma atitude paternalista que não passa despercebida: Carneiro de Moura recorre à metáfora do jovem que recebe educação na casa paterna e que se emancipa para traçar o paralelismo com as colónias que, tendo sido cuidadas, assimiladas e desenvolvidas pelo Estado, ganhavam autonomia ou até a sua independência. Tratar-se-ia de um “determinismo histórico”, como o próprio refere, ligado ao pendor cientificista da sua visão historiográfica (*ibidem*, pp. 296-7).

O autor sublinha contudo a falta de investimentos que deveriam ter sido direccionados para as colónias (materiais e imateriais). Trata-se de um apelo à reestruturação colonial na sua totalidade, atendendo à importância da “missão histórica portuguesa” em possuir e desenvolver os seus territórios ultramarinos. No entanto, faltava incutir educação e preparação técnica adequadas para a exploração efectiva dos recursos daí provenientes, mas também um investimento material assente em infra-estruturas e capacidade económicas necessárias ao desenvolvimento das colónias e a uma eventual autonomia administrativa. Poder-se-ia reivindicar o discurso de capacitação dessa exploração colonial, patente desde a Conferência de Berlim de 1884-85 e que se estendia a uma maior competitividade económica internacional. Atesta-o a sua afirmação de que “(...) os ingleses, os alemães e os norte-americanos são os naturais auxiliares e completadores da

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

grande acção colonizadora dos portugueses” (Moura, *As sociedades...*, p. 86) – o que também remete para a decadência ibérica, considerando que aqueles povos avançaram quando Portugal e Espanha já não teriam capacidade para se imporem (Moura, *O Século XIX...*, 1901, p. 9).

Como foi sendo observado, a sua teorização da história assentava num positivismo caracterizado pela formulação de leis assente numa aceção positiva dos factos históricos. Na sua dissertação ao concurso para reger a cadeira de História Antiga, Medieval e Moderna no Curso Superior de Letras, Carneiro de Moura apoiou-se no pensamento de Herbert Spencer, aduzindo a existência de leis universais e eternas que partem da unidade cósmica e se transformam através da matéria, possuindo, assim, uma ligação com aquilo que é cognoscível ou passível de o ser. O Homem faria parte desse processo pela evolução natural, ladeado por leis que regulamentariam as diversas formas de interacção humanas e que reverteriam para o cosmos. Destarte se poderia caminhar rumo a um destino geral da Humanidade, dando lugar a uma história universal tal como Guizot havia preconizado.

Latente a esta teorização emerge o darwinismo social, em que “Só fica o que é útil na dinâmica das coisas; o que é inútil desaparece”. Esta concepção transposta às sociedades humanas certamente comporta um ideal utópico em que apenas os elementos mais fortes subsistem e podem espalhar a sua genialidade (como teria sido demonstrado com o exemplo português). Ideal que se articula com o conceito de progresso que tende a caminhar para um aperfeiçoamento dos povos. Coincidentemente, apenas no século XIX é que terá sido possível aos historiadores, numa ambientação tecnológica, científica e social adequada para esse tempo, captar uma concepção de história universal que compreenda os factores enunciados pelo autor, igualmente veiculados pela herança de valores do cristianismo e pela globalização encetada a partir dos séculos XV e XVI (Moura, *A evolução...*, 1904, pp. 7-9, 12-5 e 17).

Bibliografia activa: Moura, João Lopes Carneiro de. *A política portuguesa*. Lisboa: Manoel Gomes, 1898; *O Século XIX em Portugal. História política, litteraria, económica, artística e militar dos últimos cem anos*. Lisboa: Typ. Palhares, 1902; *A evolução histórica. O poder ascensional das classes pela organização familiar e pela selecção social*. Lisboa: Typographia d'A Editora, 1904; *A Colonização portuguesa no Século XX*. Lisboa: Livraria Clássica de A. M. Teixeira, 1912; *História Económica de Portugal*. Lisboa: Typ. do Anuário Commercial, 1913; *As sociedades modernas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1924.

Bibliografia passiva: Ramos, Rui. “Moura, João Lopes Carneiro de (1868-1944)”. Maria Filomena Mónica (coord.). *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*, vol. II. Lisboa: ICS e Assembleia da República, 2005.

Daniel Tavares